



CENTRO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Projeto Político Pedagógico 2018

Ficha Técnica:

CENTRO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Ofertas da Entidade: Atendimento/Defesa e Garantia de Direitos

CONSELHO DIRETOR

Silvia Raquel de Araújo Rodrigues

Presidente

Luiz Ricardo Furtado Cid

Vice-Presidente

Maria Luana Pereira Soares

Tesoureira

Adília de Almeida Mendes

Secretária

CONSELHO FISCAL

Ilma Castelo Branco Fernandes

Maria Vilma Saraiva

Carlos Alberto de Freitas

Expediente:

ELABORAÇÃO E INFORMAÇÕES

Conselho Diretor e Equipe Técnica Institucional



Agradecimentos

Aos parceiros públicos e privados que contribuem para a execução de nossos programas, projetos e serviços;

Aos prestadores de serviço voluntário que se dispõem a colaborar com nossa instituição, possibilitando um aprendizado mutuo e de grande relevância para ambas as partes;

Ao Conselho Diretor que vem administrando o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima com primor;

Ao Conselho Fiscal que tem exercido sua função de forma idônea na garantia da equidade e transparência das ações de nossa instituição;

Aos colaboradores do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima que exercem suas funções com excelência contribuindo para a obtenção de bons resultados ao que se refere à redução da vulnerabilidade e risco social, da Qualificação Social e Profissional dos nossos beneficiários, além de contribuírem na elaboração e conclusão desse documento.



“...que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.”

MANOEL DE BARROS



Filosofia e Princípios Institucionais

O **Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima** é constituído pelos seguintes órgãos:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho Diretor;
- III. Conselho Fiscal.

O **Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima** é constituído, organizado e posto a funcionar por deliberação da Assembleia Geral, órgão supremo da instituição.

§1º - A Assembleia Geral constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

§2º - A Assembleia Geral pode ser ordinária ou extraordinária.

Compete à **Assembleia Geral**:

- a) Cumprir e fazer cumprir esta reforma estatutária;
- b) Alterar as alterações estatutárias;
- c) Eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- d) Destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- e) Eleger os substitutos da Diretoria e do Conselho Fiscal em caso de vacância definitiva;
- f) Analisar e aprovar as contas anuais;
- g) Decidir sobre os recursos interpostos pelos associados;
- h) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- i) Decidir sobre a dissolução da Instituição, baseado nas deliberações legais;
- j) Aprovar o regimento interno;
- k) Decidir sobre outros assuntos de interesse do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima.

Compete ao **CONSELHO DIRETOR**:



- a) Cumprir e fazer cumprir os preceitos estatutários;
- b) Executar as deliberações aprovadas em Assembleia Geral e reuniões;
- c) Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- d) Firmar parcerias com entes públicos e privados e pessoa física para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- e) Reunir-se extraordinariamente por convocação do presidente;
- f) Prestar contas da administração, anualmente;
- g) Decidir internamente sobre admissão de associados, participação em editais, planejamentos, planos de ação, contratação de recursos humanos, reforma e manutenção da sede da instituição, captação de recursos, reordenamento de projetos, serviços e programas, dentre outros assuntos pertinentes ao funcionamento efetivo e regular da instituição.

Ao **PRESIDENTE**, visando imprimir meios de operacionalidade às ações, compete:

- a) Cumprir e fazer cumprir os preceitos estatutários e Regimento Interno;
- b) Representar o **Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima** ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- c) Coordenar, dirigir e responder por atividades do **Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima**;
- d) Celebrar e assinar termos, acordos ou instrumentos similares e realizar a filiação da instituição a outras organizações;
- e) Representar a instituição em eventos, campanhas, reuniões, fóruns, conselhos de políticas públicas e demais atividades de interesse **do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima**;
- f) Apresentar até o final do primeiro trimestre do ano vigente, em Assembleia geral juntamente com o contador e tesoureiro, os seguintes documentos: relatórios de atividades, demonstrativos contábeis das despesas administrativas, pareceres de deferimento ou indeferimento de documentos, prestações de contas e resultados de auditorias independentes ou realizados por órgãos competentes;
- g) Contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários;



- h) Promover o desligamento de colaborador voluntário conforme normas descritas em termo de adesão específico, onde constem as condições para o exercício da atividade;
- i) Elaborar e assinar juntamente com outros responsáveis os planejamentos, plano de ação e plano administrativo - financeiro;
- j) Adquirir, alienar, ou gravar os bens imóveis da instituição, mediante autorização expressa dos demais membros da diretoria em reunião interna de acordo com o artigo 29 desta reforma estatutária;
- k) Elaborar e alterar o regimento interno em assembleia geral e o organograma funcional da instituição mediante autorização expressa dos demais membros da diretoria em reunião interna de acordo com o artigo 29 desta reforma estatutária;
- l) Convocar o Conselho Fiscal, sempre que julgar necessário;
- m) Exercer outras atribuições inerentes ao cargo, e não previstas expressamente nesta reforma estatutária, desde que em concordância com as finalidades da instituição;
- n) Comunicar à Assembleia Geral a solicitação de renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, mediante carta de renúncia assinada e reconhecida firma pelo renunciante e substituição imediata do membro para evitar prejuízos no funcionamento regular da instituição;
- o) Tomar decisões de cunho administrativo e financeiro em parceria com o Tesoureiro, caso contrário, as decisões tomadas pelo mesmo não terão efeito legal;
- p) Abrir contas bancárias, assinar cheques e demais documentos juntamente com o Tesoureiro necessários ao funcionamento efetivo e regular do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima.

Compete ao **VICE-PRESIDENTE**:

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato em caso de afastamento, impedimento ou vacância do cargo de Presidente, até o seu término;
- c) Prestar de modo geral a sua colaboração ao Presidente, participando de reuniões e Assembleias de acordo com os preceitos desta reforma estatutária;
- d) Colaborar e contribuir na execução das atividades da instituição.



Parágrafo Único - Na ausência ou falta de disponibilidade por parte do Vice-Presidente (a), e havendo necessidade de substituição do Presidente, assumirá as funções o Tesoureiro, sem necessidade de convocação de novas eleições para tal, conforme § 4º do artigo 26 desta reforma.

Compete ao **SECRETÁRIO**:

- a) Responder pela administração da secretaria;
- b) Secretariar as reuniões da diretoria e Assembleia geral e redigir as atas e outros documentos;
- c) Dar publicidade às notícias das atividades da instituição;
- d) Cuidar dos arquivos da instituição e manter em dia as correspondências;
- e) Assinar com o Presidente os documentos deliberados em reuniões, fichas de admissão de novos associados e as atas de Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Na ausência ou falta de disponibilidade por parte do secretário (a) este poderá ser substituído, para exercício de suas competências, por membros da equipe técnica do **Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima**, que tenha algum vínculo direto com a instituição comprovado por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou documento similar que comprove sua atuação.

Compete ao **TESOUREIRO**:

- a) Substituir o Presidente, caso o Vice-Presidente seja impedido de fazê-lo;
- b) Captar recursos juntamente com equipe técnica multidisciplinar de apoio à diretoria para fortalecer a autossustentabilidade da instituição;
- c) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- d) Apresentar anualmente juntamente com o presidente e o contador os documentos solicitados referentes ao organograma administrativo financeiro de acordo com art. 30, alínea f desta reforma estatutária;
- e) Abrir contas bancárias, assinar cheques e demais documentos necessários juntamente com o presidente;
- f) Acompanhar o funcionamento do setor financeiro da instituição e se responsabilizar pela guarda e conservação dos documentos relativos às prestações de contas;



- g) Assinar juntamente com o presidente o plano administrativo - financeiro e o plano de autossustentabilidade e captação de recursos da instituição;
- h) Acompanhar e realizar juntamente com os membros da comissão de licitação as cotações e pesquisas de preços referentes às empresas contratadas para o fornecimento de materiais de consumo, bens móveis, imóveis, material permanente e execução de serviços.

Parágrafo Único – Em caso de vacância do cargo de Tesoureiro, decorrente de situação descrita no § 4º do artigo 26 desta reforma, o Conselho Fiscal deverá indicar nome para substituição, a ser devidamente apreciado pelo Presidente e aprovado em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, que será composto por três membros, tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva do **Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima**.

Compete ao **CONSELHO FISCAL**:

- a) Examinar os livros de escrituração da Instituição;
- b) Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, como também sobre as operações patrimoniais realizadas, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- c) Requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas;
- d) Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- e) Indicar nome para substituição do cargo de tesoureiro, em caso de vacância, para apreciação do presidente a ser aprovado em assembleia geral.



Apresentação

O Projeto Político Pedagógico se configura num instrumento com a finalidade principal de registrar as ações e projetos que a organização pretende desenvolver na sua trajetória, construindo neste percurso sua própria identidade de forma democrática e participativa, envolvendo todos os atores inseridos neste processo, usuários, sócios, equipe de profissionais, voluntários e comunidade.

Com o foco nas políticas públicas e legislação específica que regulamenta todas as suas ações, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima objetiva aqui a construção de um projeto capaz de trazer análise crítica da realidade, identificando os desafios e potencialidades das ações desenvolvidas de forma a indicar caminhos e possibilidades de intervenção com qualidade e eficiência. Além da dimensão pedagógica, o projeto alcança as áreas financeiras e administrativas englobando todas as dimensões da instituição.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, outros documentos são extensivos à sua composição, quais são: Plano de Ação, Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento de Equipe.

Os desafios também coexistem nessa construção e se relacionam principalmente à complexidade do projeto, por seu caráter coletivo e pela participação efetiva da comunidade. Pretende-se, portanto, desenvolver as propostas aqui apresentadas reservando um espaço favorável à discussão e à colaboração de todos, numa perspectiva de crescimento mútuo e permanente.



1. Introdução

O **Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima**, inscrito sob o CNPJ nº 01.604.488/0001-29, entidade civil sem fins lucrativos, tomou personalidade jurídica de direito privado em 19 de novembro de 1996. Suas atividades são destinadas ao atendimento de pessoas e grupos em situação de risco e vulnerabilidade social. Atualmente mantém sede na Rua Antônio Candeia, nº 245, Bairro Guajiru, em Fortaleza, no Estado do Ceará.

Contados 21 anos de sua existência, a direção da instituição passou por diversas mudanças. A administração da organização é realizada atualmente por um Conselho Diretor – Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretária – e um Conselho Fiscal – três membros eleitos em assembleia com mandato de 04 (quatro) anos, conforme disposições estatutárias e de Regimento Interno.

No que se refere a sua finalidade, o art.3º da Terceira Reforma Estatutária prevê que o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações, projetos e programas visando:

- I. Contribuir para inclusão social de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias, com ou sem deficiências, em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, conforme deliberações legais;
- II. Promover atividades e finalidades de relevância pública e social na área da **ASSISTÊNCIA SOCIAL**, em todas as esferas da proteção social, de forma continuada, permanente, planejada e gratuita;
- III. Promover atividades e finalidades de relevância pública e social na área da **EDUCAÇÃO**, em todas as esferas de atuação, assegurando a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações dentro dos parâmetros legais e das normas curriculares nacionais vigentes;
- IV. Promover atividades e finalidades de relevância pública e social na área da **SAÚDE**, em todas as esferas de atuação, oferecendo serviços de saúde básica e primária, observando os parâmetros legais vigentes;
- V. Promover atividades e finalidades de relevância pública e social na área do **TRABALHO, EMPREGO E RENDA**, através de conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, por meio da qualificação profissional



- e social e processos educativos desenvolvidos em diversas instâncias, ou ainda mediante o ensino de práticas produtivas cooperativistas e associativas de valor cultural e/ou econômicos;
- VI. Executar atividades, ações e projetos de relevância pública e social voltados ao público, pessoa com deficiência de acordo com os preceitos e deliberações legais vigentes;
 - VII. Realizar parcerias com diversos setores da sociedade e criar mecanismos de inserção e reinserção no mundo do trabalho através do fomento da geração de empregos formais e informais dentro das normativas vigentes;
 - VIII. Ampliar as possibilidades de inclusão para fortalecer negócios produtivos, criação e fortalecimento de cooperativas em diversas áreas, de acordo com a legislação;
 - IX. Produzir, agregar, difundir informações, desenvolver e executar projetos de relevância pública e social que atinjam as questões e temas de interesse para os indivíduos, pessoas jurídicas de direito público e privado, no Brasil e/ou no exterior, entre os quais programas de geração de trabalho e renda, microcrédito, ações de prevenção e tratamento de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, saneamento, habitação, assim como fomentar e desenvolver projetos de estudo e pesquisas;
 - X. Prestar serviços em caráter de terceirização ou em forma de assessoria/consultoria em sua área de atuação;
 - XI. Trabalhar e promover atividades e finalidades de relevância pública e social na área da defesa e promoção da garantia do direito e respeito à liberdade de expressão e diversidade;
 - XII. Lutar contra a exclusão social e contribuir para o efetivo exercício do controle social, incentivando e subsidiando a participação popular na formulação, elaboração e monitoramento das políticas sociais;
 - XIII. Apoiar e realizar iniciativas voltadas para o desenvolvimento social, artístico e cultural contribuindo para manter viva a memória cultural popular relacionada aos usos, costumes e tradições da diversidade cultural brasileira, defesa e conservação do patrimônio histórico ou artístico;
 - XIV. Promover a realização de eventos, shows e apresentações socioculturais, bem como contribuir para a produção audiovisual da comunidade ou do público atendido em projetos específicos tais como programas de TV, VTs publicitários, TV digital, produção, documentários, fotografia e iluminação, cinema, narrativas midiáticas, dramaturgia e roteiro, jogos eletrônicos, design virtual, webmídia, animação e infografia;
 - XV. Promover a realização de eventos sociais, educacionais ou temáticos como congressos, seminários, simpósios, certames e reuniões com abrangência regional, nacional e/ou internacional de acordo com normas de Cerimonial e de Protocolo;
 - XVI. Promover intercâmbio com entidades científicas de ensino e desenvolvimento social, nacionais e internacionais, bem como o desenvolvimento de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e



- divulgação de informações e conhecimento técnicos e científicos;
- XVII. Produzir, organizar e divulgar nacional e internacionalmente publicações, periódicos, revistas, livros, cartilhas dentre outros materiais gráficos relacionados ao público atendido, descrito no inciso I deste artigo, e afins;
 - XVIII. Fortalecer ações que sensibilizem a população para a questão ambiental, fomentando as práticas de autogestão das atividades ocupacionais envolvendo a categoria dos trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável;
 - XIX. Promover a sustentabilidade econômica institucional por meio da diversificação e da ampliação das fontes de recursos financeiros, materiais e/ou humanos e, para isso, se utilizar de estratégias de captação de recursos necessárias, como campanhas de arrecadação de fundos, benefícios provenientes das leis de incentivo, doações de pessoas físicas e jurídicas, parcerias e contratos com o setor público e privado e gestão de programa de voluntariado;
 - XX. Promover atividades e finalidades de relevância pública e social envolvendo a prevenção ao uso problemático de substâncias e reabilitação de pessoas em situação de drogadição, ajudando em sua reinserção social, construção de projetos de vida e superação de vulnerabilidades sociais;
 - XXI. Estabelecer parcerias com a administração pública em regime de mútua cooperação, para a consecução de atividades e finalidades de relevância pública e social, ainda, realizar contratos e parcerias com instituições privadas, com abrangência nacional ou internacional.

Considerando os objetivos institucionais propostos em seu Estatuto e a forma de gestão prevista em seu Regimento Interno, associados, usuários, equipe de profissionais, voluntários e comunidade consolidaram suas ideias e objetivos neste instrumento a fim de que a sua efetivação se configure em uma prestação de serviço de finalidade pública gratuita e de qualidade.



2. Contexto Histórico

O termo *Terceiro Setor* foi usado inicialmente nos anos 70, nos EUA como referência a um determinado grupo de organizações, em que suas atividades não tinham por finalidade o lucro, mas sim a prestação de serviços sociais diversos ou o bem comum. Essa conceituação está relacionada à percepção da sociedade como dividida em três setores, os quais: o mercado, o Estado e o terceiro setor. O primeiro agente privado com finalidades privadas, o segundo agente público com finalidade pública e o terceiro, agente privado para prestação de serviços públicos.

A multiplicidade e heterogeneidade de organismos na composição do terceiro setor brasileiro dificultou regras específicas para o segmento, se configurando em um obstáculo jurídico para o financiamento e a compreensão da sociedade quanto à finalidade destas organizações.

A reutilização dessa terminologia no Brasil remete à meados dos anos 90, inicialmente com o *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, nos EUA, pesquisa que tinha como objetivo quantificar ou medir o impacto do Terceiro Setor sobre as economias dos países nos quais foi desenvolvida, além da criação da *International Society for Third Sector Research*, ou Sociedade Internacional de Pesquisas do Terceiro Setor, no ano de 1992, também nos EUA. Com a retomada de estudos sobre esse setor da economia, retorna ao uso também a terminologia terceiro setor.

No Brasil, as primeiras formas de assistência prestadas à população eram realizadas por instituições não vinculadas ao aparelhamento do Estado, por muito tempo chamadas de *não governamentais*. Até a década de 30, a situação da pobreza no Brasil era tratada como um tipo de “disfunção social”. As ações de caráter social destinadas aos pobres nesse período eram feitas, principalmente, pelas Santas Casas de Misericórdia, um movimento assistencial coordenado pela atuação da Igreja Católica no país.

Simultaneamente à criação do Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, são iniciadas as discussões sobre a



concessão de auxílio financeiro às organizações da sociedade civil voltadas à caridade.

Como resultante da ampla luta dos movimentos sociais no país, é instituída a Constituição Federal no ano de 1988, um marco para a concepção de Assistência Social, que passa a ter definição explícita em seus artigos 203 e 204, alterando o público alvo da assistência, bem como a concepção marginal da pobreza. Concebida como Política Pública é destinada agora aos segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade.

Cabe destacar aqui os avanços advindos da Constituição de 88 também na área da saúde, com a regulamentação das políticas por meio das chamadas Leis Orgânicas.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconhece a importância das organizações da sociedade civil no processo de efetivação da Assistência Social no país, compreendendo que “[...] a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma” (2004, pág. 47)

Ao reconhecer a realidade da questão social no Brasil e suas implicações a PNAS entende ainda que é de elevada importância a realização de parcerias com as organizações da sociedade civil para que alcancemos uma sociedade mais justa e equânime.

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado estimule a sinergia e gere espaços de colaboração, mobilizando recursos potencialmente existentes na sociedade, tornando imprescindível contar com a sua participação em ações integradas, de modo a multiplicar seus efeitos e chances de sucesso. Desconhecer a crescente importância da atuação das organizações da sociedade nas políticas sociais é reproduzir a lógica ineficaz e irracional da fragmentação, descoordenação, superposição e isolamento das ações. (PNAS, 2004, pág. 47).

No Brasil, durante o ano de 2014, foram investidos mais de R\$ 3,88 bilhões no campo do investimento social corporativo, conforme dados de estudo realizado



da parceria entre o GIFE¹ e a organização Comunitas. Se comparado à primeira pesquisa realizada no ano de 2012, o valor representa um aumento de quase 20%, tendo em vista que os investimentos daquele ano foram de R\$ 3,2 bilhões. A pesquisa, nomeada de “Censo GIFE”, é realizada a cada dois anos para coletar as principais informações sobre investimento social privado no Brasil.

Com a publicação da Lei nº 13.019/2014, conhecida como novo Marco Regulatório do terceiro setor, alterada pela Lei nº 13.204/2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, foi lançado um novo olhar sobre essas organizações.

As mudanças no plano da legalidade no que se refere à regulamentação das relações com as organizações da sociedade civil denota o crescimento da inserção do setor empresarial em programas e projetos sociais. As novas possibilidades de realização de parcerias e financiamento dos projetos conferem novo ânimo às organizações sem fins lucrativos, que tendem a caminhar em direção à modernização de suas intervenções, que investem na melhoria da qualidade da prestação de serviços e na qualificação profissional, além de conferir visibilidade e transparência às suas ações.

¹GIFE é a associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas. Nascido como grupo informal em 1989, o GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, foi instituído como organização sem fins lucrativos, em 1995.



3. Histórico Institucional

Entre os anos de 1998 e 2002, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima executou o Projeto Nutrição Saudável, em parceria com organizações da sociedade civil e empresas privadas, com o objetivo de oferecer uma refeição diária de valor nutritivo a um público de 30 crianças, além de desenvolver oficinas informativas e de orientação nutricional à todas as famílias das crianças assistidas pelo projeto.

No mesmo período promoveu o Projeto Terceira Idade em Ação, com a finalidade de trabalhar o fortalecimento da autoestima de 25 idosos, com ênfase na integração familiar e comunitária. Foram realizadas ainda ações socioeducativas por meio do Projeto Reforçando a Educação, que oportunizava acompanhamento pedagógico a 50 crianças e adolescentes em contra turno escolar.

De 2004 a 2007, executou diversos projetos de nível de Proteção Social Básica voltada a diversos públicos.

Criança e ao Adolescente	- Projeto Reforçando a Educação; - Projeto Nutrição Saudável;
Família	- Projeto Oficinas do Conhecimento e Cidadania;
Idoso	- Projeto Terceira Idade em Ação.

Algumas ações e eventos foram realizados com o objetivo de captar recursos para as atividades institucionais, dispendo da expressiva participação da comunidade local, tais como eventos em datas comemorativas, rifas e bingos beneficentes, contando com o apoio e a parceria de outras instituições e empresas privadas.

Em 2008, com o apoio da fundadora, Maria Anselmo Carvalho Gomes e do presidente daquela gestão, Jander Carlos Laurindo da Costa, foi realizado novo processo eleitoral. Concluído o processo, assume como presidente Raimunda Alves Rodrigues, numa perspectiva de continuidade às atividades desenvolvidas pela entidade desde a data de sua fundação.



Nos anos de 2009 e 2010, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima executou os seguintes programas e projetos: **Projeto Reforçando a Educação; Projeto Nutrição Saudável; Projeto Espaço de Vida Esporte e Arte-Educação; Projeto Oficinas do Conhecimento e Cidadania; Projeto Força da Mulher; Projeto Terceira Idade em Ação; Projeto Ação Global em Ação; Projeto de Capacitação Profissional Transformando o Futuro** – ênfase nas ações de inclusão Digital e Produtiva, Cursos Profissionalizantes em diversas áreas, Empreendedorismo e Economia Solidária.

Em 2011, em decorrência de novo processo eleitoral, a senhora Luiza Silvia de Araújo assume a Presidência da entidade e mantém em sua gestão a continuidade dos programas e projetos disponibilizados à população, conforme caracterizado no relatório de atividades do referido ano. Além dos projetos já desenvolvidos, novas propostas de oferta de serviços foram realizadas, em nível de maior complexidade das ações, como a efetivação do nacionalmente conhecido **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**.

No ano seguinte a instituição já contava com 12 (doze) projetos sociais desenvolvidos em parceria com os Governos Municipal e Estadual. Os projetos eram distribuídos em categorias e níveis de complexidade do SUAS:

- PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:
 - Projeto Espaço de Vida, Esporte e Arte-Educação;
 - Projeto Nutrição Saudável.
- PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE INCENTIVO AO PROTAGONISMO JUVENIL E FAMILIAR:
 - Projeto Capacitação Profissional Transformando o Futuro: Empreendedorismo Turístico; Inclusão Digital; Corte e Costura; Imagem Pessoal;
 - Projeto Ação Global em Ação;
 - Programa Projovem Trabalhador;
 - Programa Orçamento Participativo.
- PROJETOS DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO:
 - Projeto Reforçando a Educação



- Programa Fortaleza Alfabetizada;
- Oficinas do Conhecimento e Cidadania.
- **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE:**
 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.
- **INCENTIVO A INCLUSÃO PRODUTIVA /ECONOMIA SOLIDÁRIA:**
 - Projeto Mostra Criativa Popular.

Foram realizadas outras ações à comunidade como o **Programa Sorriso Solidário** em parceria com o SESC-CE, feiras e bingos beneficentes, eventos em datas comemorativas e campanhas educativas.

No ano de 2013, além dos projetos sociais em andamento novas parcerias foram firmadas, inclusive com o desenvolvimento de atividades em outros municípios, como a execução do **Programa de Qualificação Profissional e Social do Município de Guaiuba** e o **Programa BiblioSesc**.

Em 2014, outros programas e projetos foram agregados aos já desenvolvidos pela entidade, como o **Programa Segundo Tempo; Criando Oportunidades**; Programa de **Qualificação Profissional e Social – QSP – Orçamento Participativo** do Município de Fortaleza; **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** para Crianças e Adolescentes de 6 à 15 anos de idade; e o **Projeto de Prevenção, Minimização e Avaliação dos Impactos da COPA/FIFA 2014** na Vida de Crianças, Adolescentes e População em situação de rua no Município de Fortaleza /CE.

No ano de 2015, assume como presidente do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima a senhora Silvia Raquel de Araújo Rodrigues. Com larga experiência em gestão de projetos sociais, o núcleo diretor da entidade persegue com determinação o crescimento organizacional, ampliando cada vez mais o quantitativo de público atendido e intensificando as ações para expansão e diversidade dos projetos, programas e serviços oferecidos.

Desde então, a equipe de profissionais vinculada à entidade cresce em número e qualificação na prestação de serviços. Os resultados alcançados remetem à oferta de serviços em todo o território do Estado do Ceará. A cogestão de projetos



com órgãos e secretarias vinculadas ao Governo do Estado e ao Município e o grande número de parcerias com outras organizações e empresas privadas reafirmam a capacidade gerencial da organização ao longo dos mais de vinte anos de existência.

Nos últimos anos, a instituição vem executando os projetos institucionais **Espaço de Vida, Esporte e Arte-Educação e Capacitação Profissional Transformando o Futuro**. Em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, através da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SDHDS, vem executando a cogestão de **Acolhimento Institucional, Projeto Cavaleiros do Futuro, Projeto Convivendo e Fortalecendo Vínculos, Projeto Por uma Fortaleza sem Trabalho Infantil** e o **Projeto de Erradicação ao Trabalho Infantil no município de Fortaleza** - Campanha de comunicação e mobilização social para enfrentamento das situações de trabalho infantil no município de Fortaleza.

Já com o Governo do Estado, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, foram estabelecidas parcerias para a execução de vários projetos, assim como os **Projetos ABC Serrinha e ABC Cajueiro Torto** e o **Projeto de Disseminação e Fortalecimento da Gestão do SUAS e Assessoramento aos municípios** – desenvolvimento do Plano de Apoio Técnico e Educação permanente para os Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do SUAS, para aprimoramento da Gestão do SUAS e Controle Social, além do **Projeto Criança Feliz – Mais Infância no SUAS** e o **CREAS Regional de Fortaleza**. Na área de Qualificação Profissional, e ainda associada à STDS, a entidade executou o **Projeto Criando Oportunidades**, desenvolvido em todo o estado do Ceará e desde 2017 está à frente do gerenciamento dos **Centros de Inclusão Tecnológica e Social – CITS**.

A entidade executou também o **Projeto Todos Contra o Mosquito**, para combater criadouros do mosquito Aedes Aegypti no município de Maracanaú.

Assim, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima reitera seu compromisso com o fortalecimento de sua experiência gerencial em projetos sociais e com o empenho em contribuir para a melhoria das condições de vida do público atendido, visando sempre a inclusão social.



4. Objetivos

MISSÃO	Atender crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e as famílias em situações de vulnerabilidades e risco pessoal e social, despertando suas potencialidades e garantindo direitos e deveres inerentes a todo cidadão de acordo com as diversas deliberações legais.
VOCAÇÃO E VALORES	Nossa vocação maior é proporcionar o desenvolvimento integral de pessoas que vivem em situações de vulnerabilidades e risco pessoal e social. Nossos maiores valores são vivenciar o <i>Respeito, Compromisso, Criatividade e Companheirismo</i> dentro das ações desenvolvidas em nossa instituição.
VISÃO	Ser referencial de atendimento e na defesa e garantia de direitos na área da assistência social articulada com outras políticas públicas para pessoas que vivem em situações de vulnerabilidades e risco pessoal e social, nos termos das normas vigentes.
OBJETIVO GERAL	Promover a inclusão social de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e das famílias em situações de vulnerabilidades e risco pessoal e social residentes nos municípios do Estado do Ceará, através de um conjunto de ações intersetoriais, assegurando-lhes acesso aos direitos previstos pelos referenciais legais às suas necessidades físicas, intelectuais, culturais e sentimentais, através de programas e/ou projetos nas áreas da Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Educação e Saúde.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">- Ampliar a oferta de serviços institucionais adequados às necessidades físicas, psicológicas e sociais dos usuários;- Ampliar a quantidade de parcerias e financiamento entre a instituição e o poder público, organizações empresariais e outras organizações da sociedade civil;- Proporcionar a formação continuada dos colaboradores, visando a qualificação profissional.



5. Justificativa

O jornal *O Estado*² na edição de 06 de junho de 2017, abordou o Índice de Homicídios na Adolescência em 2014³, desenvolvido pelo Fundo das Nações para a Infância, Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Governo Federal. Esses índices apontam que Ceará e Fortaleza lideraram, em 2014, os índices de homicídios de jovens entre 12 e 18 anos. O Estado possuía uma taxa de 8,71 mortes por mil adolescentes. Já Fortaleza foi a capital com maior mortalidade juvenil, com 10,94 mortes/mil. A média nacional é de 3,65 mortes a cada mil jovens.

O estudo realizado com 224 familiares de adolescentes (12 a 18 anos) vítimas de homicídio em Fortaleza, Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte, Horizonte, Eusébio e Caucaia, trazem relatos sobre suas histórias de vida para além das estatísticas. Sobre a publicação, a vice-governadora do estado do Ceará, Isolda Cela, ressaltou, na reportagem, que há padrões que se repetem nos territórios – como crime organizado, tráfico de entorpecentes, evasão escolar, extrema pobreza, falta de oportunidades aos jovens e violência doméstica. Essas situações são relatadas na publicação “Trajetórias interrompidas – Homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará”.

Inseridas em comunidades nas quais os serviços públicos são escassos, ineficazes e, muitas vezes, inexistentes, a circulação de armas e drogas é comum e os conflitos interpessoais são resolvidos de forma violenta e, muitas vezes, letal, as famílias vulneráveis aos homicídios na adolescência precisam ser ouvidas e cuidadas. Fatores como gravidez na adolescência, consumo de drogas, precariedade estrutural das casas e baixa escolaridade dos responsáveis também devem ser tratados como determinantes para as situações de vulnerabilidade. Sobrepostas, estas ocorrências são características dos processos de exclusão social que muitas famílias brasileiras atravessam e enfrentam como podem. (pág. 15, 2017).

Nesse contexto, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, entidade civil de personalidade jurídica de direito privado, sem fins

² Jornal O Estado - Unicef: capital cearense tem maior índice de homicídios na adolescência. Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/geral/unicef-capital-cearense-tem-maior-indice-de-homicidios-na-adolescencia>>. Publicado no dia 06/06/2017.

³ Trajetórias interrompidas: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará / organização Instituto OCA; [Coordenação Rui Aguiar e Thiago de Holanda]. Brasília: UNICEF, 2017.



lucrativos, fundada em 19 de novembro de 1996, apresenta-se como potencializadora de ações socioassistenciais, programas e projetos que buscam a inclusão social da população e redução dos índices de vulnerabilidade e risco social no município de Fortaleza.

Tendo como área de atuação preponderante o bairro Guajiru, localizado na Regional VI, a qual ocupa 42% do território de Fortaleza e possui densidade demográfica de 37,7 hab./ha, fazendo parte do território chamado *Grande Messejana*, denominado assim por abranger todos os bairros adjacentes. O território supracitado representa uma das áreas de maior risco e vulnerabilidade social de nossa capital.

Dentro do contexto acima apresentado de índices que apontam risco, vulnerabilidade social e violência, nossa entidade visualiza nesta área a necessidade de intensificação de projetos sociais no território, buscando prevenir o envolvimento de crianças e adolescentes nessa problemática, com o intuito de fortalecer suas identidades e vínculos familiares e comunitários. Portanto, é para este público que são ofertadas as oportunidades de ingresso em serviços de convivência, qualificação profissional, acompanhamento pedagógico, lazer, cultura, dentre outras atividades.

A tripla dimensão desse instrumento - de projeto, política e pedagógica - permite conferir a ele uma capacidade de direcionamento das ações vinculadas à missão e à visão institucional, subsidiando a tomada de decisões, de forma que os seus objetivos possam ser alcançados no período previsto.

Desenvolver um Projeto Político Pedagógico nessas condições implica um compromisso ético e social com a população atendida. Pensar coletivamente os problemas e possíveis soluções de intervenção social resulta das relações construídas coletiva e democraticamente entre instituição – colaboradores – comunidade – usuários. Somente por meio de uma reflexão crítica é possível estabelecer uma nova realidade.



6. Recursos Humanos

RELAÇÃO DO QUANTITATIVO DE COLABORADORES DO CENTRO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	
CARGO/ FUNÇÃO	QUANTIDADE
ADVOGADO	01
AGENTE ADMINISTRATIVO	02
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	12
ASSISTENTE SOCIAL	07
ASSISTENTE TECNICO	05
ASSISTENTE TÉCNICO I	15
ASSISTENTE TECNICO II	15
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	03
AUXILIAR DE COORDENAÇÃO	02
AUXILIAR DE COZINHA	08
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	17
COORDENADOR TÉCNICO	01
CONTADOR	01
COORDENADOR	03
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	01
COORDENADOR DE PROJETO	03
COZINHEIRO	02
DIRETOR DE UNIDADE	07
DIRETOR GERAL	01
EDUCADOR PEDAGÓGICO	03
EDUCADOR SOCIAL	01
FACILITADOR DE OFICINA	02
INSTRUTOR DE ARTE EDUCAÇÃO	06
INSTRUTOR DE ESPORTE E CULTURA	12
MANIPULADORA DE ALIMENTOS	01
MONITOR	02
MOTOQUEIRO	03
MOTORISTA	05
ORIENTADOR SOCIAL	24



**RELAÇÃO DO QUANTITATIVO DE COLABORADORES DO CENTRO DE
FORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**

CARGO/ FUNÇÃO	QUANTIDADE
PEDAGOGA	01
PORTEIRO	37
PSICOLOGO	02
SUPERVISOR	01
SUPERVISOR DE UNIDADE	05
SUPERVISOR GERAL	02
SUPERVISOR TECNICO	06
TECNICO ADMINISTRATIVO	03
TECNICO ADMINISTRATIVO I	01
TECNICO ADMINISTRATIVO II	04
TECNICO DE APOIO	01
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	11
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR II	07
VOLUNTÁRIOS	08



7. Infraestrutura

ESPAÇO FÍSICO INSTITUCIONAL	
(SEDE com espaços amplos, com iluminação e ventilação satisfatórias)	
01 Sala para Captação de Recursos	02 Almoxxarifados
01 Sala de uso Coletivo	01 Arquivo Morto
01 Sala para Coordenação	01 Sala de Leitura
02 Salas para Equipe Técnica	01 Brinquedoteca
01 Sala para Diretoria	03 Banheiros adaptados
01 Sala para Setor Financeiro	01 Banheiro para funcionários
01 Pátio para atividades educativas e recreação;	01 Lavanderia
01 Cozinha	01 Laboratório de informática
01 Refeitório	01 Auditório/salão de eventos
01 Despensa para materiais de limpeza e higiene	01 Quadra esportiva ⁴
	01 Despensa para alimentos
RECURSOS MATERIAIS	
APARELHAGEM MULTIMÍDIA E DE INFORMÁTICA	
02 Projetores Multimídia	12 Notebooks
01 telão para projeção de data show	04 Impressoras
02 Aparelhos de Telefone Celular	02 Televisores – 29´
01 Aparelho de DVD	03 Microfones
02 Cx. de som amplificadas	
15 Computadores	
MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO	
01 Sofá rústico	24 prateleiras de madeiras
09 Birôs	02 Estantes de Plástico
01 Ilha com 10 lugares	01 Ventilador de pé
03 Armários de aço	08 Ventiladores de parede
03 Armários de madeira	12 aparelhos de Ar condicionado
17 cadeiras de escritório	06 Máquinas de Costura
01 longarina com 04 e 03 lugares	01 Mesa Retangular

⁴ Espaço cedido pela E. E. F. M. Miguel Gurgel.



60 Cadeiras Escolares de Braço	01 Mesa Redonda
76 Cadeiras grandes de plástico brancas	03 Mesas grandes de madeira (Refeitório)
05 Estantes de aço pequenas	07 Quadros Brancos
08 Estantes de aço grandes	03 Mesas de madeira pequena
01 Armário Guarda Volumes com chaves	06 Mesas plásticas
03 Cadeiras de plástico cinza	06 Flanelógrafos
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	
04 extintores de incêndio	
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADES	
01 Tatame / artigos esportivos diversos	01 Veículo à disposição da entidade
01 mesa de ping pong	01 Cama elástica / Brinquedos diversos / Jogos pedagógicos diversos
MÓVEIS/EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS DE COZINHA	
01 mesa de vidro com 04 cadeiras em inox	01 Bacia plástica
01 Armário de madeira de cozinha	04 Bandejas
01 Armário de aço	10 Colheres de alumínio
06 Bancos de Madeira	50 Copos plásticos
09 Bancos de plástico	01 Cuscuzeira
02 Bebedouros	02 Depósitos de Plásticos Grandes 8 L
01 Purificador de água	01 Escorredor
02 Botijões de gás 13 Kg	02 Garrafas Térmicas 10L
01 fogão industrial com forno	05 Panelões grandes / 02 panelas médias
01 Freezer Horizontal	50 Pratos de plásticos
01 Geladeira duplex	01 Panela de Pressão
01 Liquidificador Industrial	50 Colheres de plástico



8. Atuação

A oferta de serviços pelo Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima deve fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento da autonomia, por meio de um atendimento individualizado e personalizado com garantia de respeito à diversidade e não discriminação.

Assim, a Instituição deverá proporcionar em sua atuação o combate de qualquer forma de discriminação, o respeito à individualidade e história de vida, o aprimoramento profissional voltado à preservação da diversidade cultural, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e muitas outras formas de ser um agente de mudança na vida dos beneficiários.

Os Projetos executados pelo CFIS Nossa Senhora de Fátima estão abaixo relacionados:

EIXO 01 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	Proteção Social Básica	<ul style="list-style-type: none">- Convivendo e Fortalecendo Vínculos;- Espaço de Vida, Esporte e Arte-Educação;- Projeto ABC Cajueiro Torto;- Projeto ABC Serrinha;- Programa Criança Feliz – Primeira Infância no SUAS.
	Proteção Social Especial – Média Complexidade	<ul style="list-style-type: none">- Projeto Cavaleiros do Futuro;- CREAS Regional de Fortaleza;- Projeto de Erradicação ao Trabalho Infantil no Município de Fortaleza.
	Proteção Social Especial – Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none">- Cogestão de Unidades de Acolhimento Institucional.



EIXO 02 – OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de Gerenciamento dos Centros de Inclusão Tecnológica e Social - CITS- Capacitação Profissional Transformando o Futuro;- Nutrição Saudável.
EIXO 03 –AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none">- Feiras Beneficentes;- Bingos Beneficentes;- Campanhas Educativas;- Eventos em Datas Comemorativas.

A cooperação, o espírito crítico e criativo dos profissionais e beneficiários contribui para o desenvolvimento de estratégias concordantes com os objetivos propostos pela Instituição.



9. Monitoramento e Avaliação

A avaliação do Projeto Político Pedagógico da instituição acontecerá ao final de cada ano com o objetivo de produzir dados diagnósticos que servirão de embasamento para o planejamento das ações do ano subsequente e reformulação do próprio projeto.

O acompanhamento sistemático do Projeto Político Pedagógico é feito mediante o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas quando da sua elaboração. O ato de avaliar implica não somente em atribuir valor, mas também em um processo decisório relacionado à ação.

O processo avaliativo implica também em parecer institucional que permita a identificação das relações e das estruturas que compõem a instituição, entendendo esse espaço como adequado à identificação das dificuldades, propício à reflexão e favorável à criação de soluções estratégicas para essas mesmas dificuldades. A avaliação institucional será feita interna e externamente, como instrumento de autoavaliação.

A avaliação interna do trabalho da entidade visa rever os objetivos, as ações propostas e desenvolvidas, os planos de ação, planejamento estratégico, projetos pedagógicos e administrativos em andamento, além de se debruçar sobre os pontos relevantes e as dificuldades encontradas. Desse modo, o processo avaliativo final objetiva:

1. Identificar o alcance e a repercussão das ações;
2. Analisar os indicadores de desempenho e resultados;
3. Identificar os obstáculos que se colocaram diante do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico;
4. Reformular as estratégias de intervenção, quando necessário.

Os instrumentos utilizados para efetivação da avaliação são as reuniões, os relatórios das atividades e a aplicação de instrumentais organizacionais específicos.



10. Financiamento e Parcerias

PÚBLICO		
ÓRGÃOS/ENTES PÚBLICO E OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTRUMENTO DE PARCERIA	FORMA DE CONTRIBUIÇÃO
<ul style="list-style-type: none">- SDHDS / PMF- STDS-Fundo Estadual de Assistência Social- E.E.F.M. Miguel Gurgel- Conselho Tutelar- CRAS- CREAS- SER VI- SINE/IDT- CMAS- COMDICA- Posto de Saúde Luis Franklin	<ul style="list-style-type: none">- Assinatura de Termo de Colaboração, Termo de Fomento, Termo de Convênio e Aditivos;- Contratos / Termos de Parcerias;- Declarações de parceria.	<ul style="list-style-type: none">- Transferência de recursos financeiros;- Doações diversas (pecuniárias; em bens patrimoniais; bens perecíveis e não perecíveis);- Orientação por meio de oficinas e palestras sobre temas diversos;- Cessão de espaço físico.
PRIVADO/PESSOA JURÍDICA		
EMPRESAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	INSTRUMENTO DE PARCERIA	FORMA DE CONTRIBUIÇÃO
<ul style="list-style-type: none">- SESC- Boa Vista Comércio e Serviços LTDA. - EPP- Flex Construções e Consultoria LTDA.-AR Comércio e Serviços LTDA.	<ul style="list-style-type: none">- Contratos ou Acordos de Parceria;- Declarações de parceria;- Termo de Colaboração.	<ul style="list-style-type: none">- Prestação de serviços e/ou cursos;- Sorriso Solidário,- BiblioSesc e Mesa Brasil(SESC);- Cessão de Recursos Humanos;



		<ul style="list-style-type: none">- Doações diversas (pecuniárias; em bens patrimoniais; bens perecíveis e não perecíveis e recursos financeiros).- Oficinas e palestras sobre temas diversos.
PRIVADO/PESSOA FÍSICA		
PESSOA FÍSICA	INSTRUMENTO DE PARCERIA	FORMA DE CONTRIBUIÇÃO
<ul style="list-style-type: none">- Pessoa física	<ul style="list-style-type: none">- Termo de Voluntariado;- Recibo de doação de bens patrimoniais e/ou valores pecuniários.	<ul style="list-style-type: none">- Prestação de serviço voluntário;- Doação de bens patrimoniais novos e/ou usados;- Doações pecuniárias e/ou diversas para realização de bazares, bingos beneficentes, entre outros eventos.



11. Formação Continuada

Historicamente as organizações da sociedade civil brasileiras prestaram serviços que se relacionavam, tão somente, à caridade e à benemerência. Esse caráter das ações não exigia nenhum comprometimento com a qualidade nos serviços oferecidos.

A necessidade atual de formar parcerias traz novos desafios à atuação do terceiro setor, exigindo uma redefinição de sua intervenção e função social, além de suscitar a mudança nas configurações das organizações internamente, a adequação ao aparato jurídico, a melhoria na capacitação de recursos humanos e na gestão institucional, com foco em quesitos como eficiência e eficácia, transparência e qualidade de resultados, para alcançar finalmente o reconhecimento e legitimidade junto à sociedade.

A proposta de formação continuada oferecida aos colaboradores do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima está intrinsecamente relacionada aos princípios institucionais e à qualidade do trabalho desenvolvido.

O investimento na qualificação permanente objetiva desenvolver uma equipe de profissionais capacitados, com conhecimento técnico adequado, capazes de agir de forma proativa e criativa. O aumento das exigências de desenvolvimento institucional à que estão expostas as organizações da sociedade civil implica na necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento dos profissionais.

Um processo seletivo criterioso é fundamental para que se mantenha um quadro de profissionais qualificados com perfil adequado ao desempenho de suas funções e atribuições. Por outro lado, a capacitação e formação permanentes e contínuas, complementam os critérios de qualidade, desde que adequadas às necessidades e demandas institucionais, compatíveis com o aprofundamento necessário a cada perfil/função desenvolvida.

Além disso, para que o acompanhamento sistemático dos profissionais ocorra a contento, são garantidos no cronograma institucional os horários e dias para cursos, reuniões, seminários e planejamento.



12. Metodologia

1. FORMAÇÃO INTRODUTÓRIA				
Apresentação da instituição, com formação específica sobre a atuação institucional, as especificidades, direitos e obrigações, bem como da integração do novo profissional ao ambiente institucional e funcional.				
PROGRAMA 1.1		PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO PARA NOVOS PROFISSIONAIS		
Objetivo Geral	Proporcionar ao profissional que está ingressando na instituição o conhecimento da missão, visão e valores institucionais, sua inserção no terceiro setor e histórico de atuação institucional com a finalidade de integração ao ambiente institucional.			
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• Oferecer aos novos profissionais uma apresentação institucional que contemple as especificidades da atuação e regras de funcionamento;• Propiciar o desenvolvimento de competências essenciais para o bom desenvolvimento de suas atividades, integrando-os no dever ético e nos valores que permeiam as instituições pertencentes ao terceiro setor;• Recepcionar os novos profissionais, enfatizando a importância destes para a Instituição.			
Metas	<ul style="list-style-type: none">• Integrar 100% dos novos profissionais;			
Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none">• Percentual dos novos profissionais atendidos por este Programa.			
EVENTO DE FORMAÇÃO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE
Integração ao Ambiente Institucional	Palestra	Apresentação institucional - missão, visão, valores, área de atuação e objetivos	2 h	De acordo com a demanda, compatível com o número de novas



		estratégicos.		contratações.
Surgimento, Conceituação e Caracterização Do Terceiro Setor;	Treinamento	Desenvolver o conhecimento a respeito do setor e do contexto em que a instituição está inserida.	4h	De acordo com a demanda, compatível com o número de novas contratações.
Legislação Específica Vinculada à Atuação Institucional	Treinamento	Apresentar o aparato jurídico e políticas públicas que a instituição está submetida.	4 h	De acordo com a demanda, compatível com o número de novas contratações.

TOTAL 10 H/A

2. FORMAÇÃO CONTINUADA

Oferta de formações capazes de relacionar os aspectos profissionais à formulação, ao planejamento, à execução dos serviços e ao controle das metas institucionais, além da formação continuada para acompanhamento sistemático dos profissionais, com a finalidade de melhorar o desempenho profissional, incrementando a oferta de serviços com critérios de qualidade.

PROGRAMA 2.1	GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Objetivo Geral	Demonstrar a importância do planejamento estratégico institucional, criando condições para execução de uma gestão estratégica no terceiro setor.
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• Alinhar e otimizar as ações de planejamento setoriais ao planejamento estratégico institucional.
Metas	<ul style="list-style-type: none">• Manter 100% dos profissionais envolvidos nas ações de planejamento estratégico.
Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none">• Porcentagem de profissionais atendidos no Programa.



EVENTO DE FORMAÇÃO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE
Planejamento Estratégico - Operacional	Oficina	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar os conceitos fundamentais do processo de Planejamento Estratégico com as equipes operacionais/de execução⁵;• Discutir as etapas que envolvem o Planejamento Estratégico de forma crítica e democrática.	4 h	Anual
Planejamento Estratégico - Lideranças	Oficina	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar os conceitos fundamentais do processo de Planejamento Estratégico com os líderes institucionais⁶;• Discutir as etapas que envolvem o Planejamento Estratégico de forma crítica e democrática.	4 h	Anual
Planejamento Estratégico - Conclusão	Oficina	Consolidar os dados dos planejamentos setorializados, permitindo a construção de um Planejamento institucional único, que contemple toda a organização.	4 h	Anual
TOTAL 12 H/A				

⁵ Técnicos, orientadores, educadores, instrutores e monitores de execução direta.

⁶ Supervisores, Coordenadores de Projeto, Administrativos, Técnicos e Financeiros;



PROGRAMA 2.2		PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA		
Objetivo Geral	Promover a capacitação continuada dos profissionais com a finalidade de garantir a melhoria contínua na qualidade da prestação de serviços.			
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• Especializar os profissionais no atendimento ao público-alvo do serviço ofertado;• Formação continuada sobre temas recorrentes do cotidiano;• Oferta de cursos interna e externamente e em parceria com outras organizações;• Capacitar os profissionais para o exercício das funções, por meio de estímulos ao desenvolvimento de competências.			
Metas	<ul style="list-style-type: none">• Manter 100% dos profissionais capacitados a cada ano.			
Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none">• Porcentagem de profissionais capacitados neste Programa			
FORMAÇÃO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE
Oficina Metodológica	Oficina	Capacitar os profissionais de nível médio e superior para o desenvolvimento dos temas transversais para o público-alvo (Desenvolvido em parceria com o poder público, municipal, estadual e federal e demais setores da sociedade).	8h	Mensal
Oficina Intersetorial	Oficina	Promover a integração de todos os setores da entidade, a fim de aperfeiçoar a execução dos serviços.	4 h	Mensal



Cultura de Paz	Palestra	<ul style="list-style-type: none">Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	2 h	Anual
Exercício do Controle Social	Minicurso	<ul style="list-style-type: none">Discutir e analisar historicamente o exercício do controle social e a atuação dos Conselhos de Direitos.	4 h	Anual
Educação em Direitos Humanos	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual
Movimentos Sociais	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual
Diversidade Cultural, Sexual, Étnica e Religiosa	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual
Inclusão Social de Pessoas com Deficiência	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual
Erradicação do Trabalho Infantil;	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual
Diretrizes para os Serviços de Convivência	Minicurso	Orientações técnicas específicas aos profissionais que atuam nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.	4 h	Anual



Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes ;	Minicurso	Orientações técnicas específicas aos profissionais que atuam nos serviços de acolhimento institucional.	4 h	Anual
Segurança Alimentar e Nutricional/ Educação Alimentar.	Minicurso	Promover o conhecimento técnico e a disseminação de informações a respeito do tema abordado.	4 h	Anual
Sistema de Garantia de Direitos e Rede de Políticas Públicas	Minicurso	Promover o conhecimento e discussão a respeito do aparato sócio jurídico e as relações com as diversas políticas públicas.	4 h	Anual
Gestão Financeira e Orçamentária	Minicurso	Promover o conhecimento a respeito das operações financeiras das organizações sem fins lucrativos e as formas de financiamento e suas relações com os órgãos fiscalizadores.	4 h	Anual
Medidas Socioeducativas	Minicurso	Promover a compreensão a respeito da aplicabilidade de medidas protetivas, primando pela garantia dos direitos humanos e sociais.	4 h	Anual



Metodologia do Trabalho com Famílias	Minicurso	Promover o conhecimento sobre as novas configurações familiares e a realidade das famílias em situação de vulnerabilidade e risco.	4 h	Anual
Educação e Cidadania	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual
Qualificação Social e Profissional como Estratégia de Inclusão Social	Minicurso	Suscitar estratégias de inclusão profissional para o público atendido com foco no desenvolvimento humano.	4 h	Anual
Indicadores Para Diagnóstico e Acompanhamento Social	Minicurso	Capacitar os profissionais que atuam na área operacional para a realização de diagnósticos sobre a realidade socioeconômica do público atendido e estratégias de intervenção.	4 h	Anual
Práticas Educativas e de Cuidados Especiais	Minicurso	Transmitir conhecimentos de cuidados especiais ⁷ ressaltando a importância da interação entre as práticas de cuidar e educar.	4 h	Anual
TOTAL 214 H/A				

⁷ Cuidados oferecidos às pessoas com deficiências diversas e condições especiais de saúde como HIV, hanseníase, lúpus, etc.



3 – GESTÃO DO TRABALHO				
Desenvolver, promover estudos e articular ações que visem o aprimoramento institucional bem como a criação de um clima organizacional satisfatório.				
PROGRAMA 3.1		PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		
Objetivo Geral	Usar a comunicação interna como forma de dar transparência à gestão e compartilhar princípios, valores e objetivos do projeto político pedagógico.			
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">Melhorar a comunicação entre setores visando a interação plena.Trabalhar a motivação dos profissionais como resultante de uma comunicação organizacional eficaz.			
Metas	<ul style="list-style-type: none">Manter 100% dos profissionais atualizados a cada ano.			
Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none">Porcentagem de profissionais capacitados neste Programa			
EVENTO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE
A Comunicação Em Ambiente Organizacional	Workshop	Desenvolver uma cultura baseada no diálogo e troca de ideias como estratégia para um bom funcionamento organizacional.	4h	Semestral
Planejamentos Periódicos	Reunião	Promover a interação e articulação setorial como instrumento de melhoria do clima organizacional e avaliação das ações realizadas e reformulação dos procedimentos conforme a necessidade;	8h	Mensais



Reuniões Periódicas	Reunião	Promover a interação e articulação setorial como instrumento de melhoria do clima organizacional;	2h	Mensais
TOTAL 128 H/A				
PROGRAMA 3.2	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			
Objetivo Geral	Solidificar a identidade institucional e desenvolver oportunidades de relacionamentos e parcerias externamente, reforçando a credibilidade institucional.			
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">Fortalecer a identidade visual por meio de ações que evidenciem os aspectos de padronização da imagem institucional e promovam coerência na veiculação de seus diversos elementos de comunicação;Criar uma identidade positiva e compartilhada por todos os membros da organização como resultado da melhoria da comunicação interna, da visão corporativa, da identidade visual e do atendimento ao usuário;			
Metas	<ul style="list-style-type: none">Criação da assessoria de comunicação;			
Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none">Comunicação organizacional integrada.Assessoria de comunicação criada e em pleno funcionamento.			
FORMAÇÃO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE
Redação Oficial	Workshop	<ul style="list-style-type: none">Desenvolver a prática de comunicação verbal (leitura e escrita) e suas orientações para o	20h	ÚNICA - Conforme a demanda



		processo da textualização da <ul style="list-style-type: none">• Promover a padronização das Correspondências técnico-administrativas, com enfoque no padrão discursivo circulante na área administrativa.		
Marketing Aplicado Ao Terceiro Setor	Minicurso	Fortalecer a imagem institucional.	8h	Anual
Ferramentas De Assessoria De Comunicação	Minicurso	Desenvolver conhecimento técnico para produção de <i>release, press kit, clipping, website</i> e redes sociais dentre outros.	12h	Anual
<i>Media Training</i>	Treinamento	Treinamento específico para fontes e porta-vozes sobre o funcionamento da mídia.	8h	Anual
TOTAL 48 H/A				
TOTAL GERAL DE HORAS PARA CAPACITAÇÃO (LINHA 1+LINHA 2+ LINHA 3)			412A	



13. Considerações Finais

A atuação das organizações da sociedade civil do terceiro setor permanece permeada por inúmeros desafios como as dificuldades de financiamento, reconhecimento institucional e regulamentação. Entretanto, embora existam obstáculos relacionados ao desenvolvimento deste setor, muitos avanços também se colocam neste cenário.

A interação entre vários agentes atuantes na questão social brasileira, bem como o compartilhamento de conhecimento, das experiências de atuação e o fortalecimento das redes de relacionamento vêm propiciando maior racionalidade, qualidade e eficácia às ações.

O Projeto Político Pedagógico surge neste panorama como instrumento indispensável para o fortalecimento e direcionamento da atuação institucional. O funcionamento das atividades, as avaliações internas e externas, o calendário institucional e as relações com a comunidade e usuários estão discriminadas nele, de tal modo que o Projeto Político Pedagógico é capaz de nortear todos os programas/projetos que serão desenvolvidos ao longo do ano.

Cada intervenção é permeada por questões pedagógicas e valorativas relacionadas à missão, visão e valores institucionais. Essa disseminação de valores é indispensável para o projeto de construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

É de grande importância considerar que o projeto faz parte do planejamento institucional e por estar vinculado a outros documentos como Plano de Ação, Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento de Equipe denota as propostas de ações e estratégias para alcançar os objetivos propostos e realizar um atendimento de excelência, com base na reflexão constante, no processo democrático e na construção coletiva.

Entretanto, é preciso salientar que a construção e opção pela inclusão de um projeto como diretriz para as ações institucionais não é suficiente para provocar mudanças estruturais. É necessário o fortalecimento constante de uma gestão verdadeiramente democrática, com processos decisórios constituídos coletivamente e respeitados em sua integralidade.



Referencias Bibliográficas

ABONG. **ONGs, identidade e desafios atuais**. Cadernos ABONG, no. 27, maio, 2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Estatuto do Idoso**. Ministério da Saúde. Brasília, DF: editora MS, 2003.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.MEC, BRASÍLIA.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência**. Lei nº 7.853 de 24/10/1989 e atualizações.

_____. **Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência**. Decreto nº 3.298 de 20/12/1999.

_____. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, abril de 2013.

GIFE. **Investimento Social Privado no Brasil: Perfil e Catálogo dos Associados GIFE**. São Paulo, 2001.

LANDIM, Leilah. e BERES, Neide. **As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil: Ocupações, Despesas e Recursos**. Iser/John Hopkins University. Nau Editora. Rio de Janeiro, 1999.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Das lógicas do Estado às lógicas da Sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 59. São Paulo: Cortez, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. O. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.



_____. et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. (Coord). **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

YASBEK, M.C. **As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

SITES CONSULTADOS:

ABONG. Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns. Disponível em: <www.abong.org.br> Acessado em: 20 nov. 2017.

BNDS. Relação de Produtos Financiáveis. Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/exportsites/defaultbndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimentorelatots/etor.pdf> Acessado em: 20 nov. 2017.

G1. Fortaleza aparece como a cidade mais violenta do Brasil e 12º do Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/01/fortaleza-aparece-como-cidade-mais-violenta-do-brasil-e-12-do-mundo.html>> Acessado em: 20 nov. 2017.

IBGE. Fundação Instit Bras de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acessado em: 20 nov. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acessado em: 20 nov. 2017.

_____. Nota Técnica, Atlas de Violência 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf> Acessado em: 20 nov. 2017.

|